TEXTOS PARA DISCUSSÃO CEPAL • IPEA

LC/BRS/R.224

10

Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho

José Eustáquio Diniz Alves
Daniel de Santana Vasconcelos
Angelita Alves de Carvalho

NACIONES UNIDAS
CEPAL
ipea

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2010

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010

Tiragem: 250 exemplares

Alves, José Eustáquio Diniz
Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho / José Eustáquio Diniz Alves, Daniel de Santana Vasconcelos, Angelita Alves de Carvalho. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 10).

36p.
ISSN: 2179-5495

1. População-Brasil 2. Desenvolvimento econômico 3. Demografia 4. Mercado de trabalho I. Vasconcelos, Daniel de Santana II. Carvalho, Angelita Alves de III. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPAL IV. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA V. Título VI. Série

CDD: 301.32

Este trabalho foi realizado no âmbito do Acordo CEPAL – IPEA.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da CEPAL e do IPEA.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

A presente publicação encontra-se disponível para *download* em http://www.cepal.org/brasil

Sumário

Apresentação

Introdução: população, desenvolvimento econômico e transição demográfica 7

1 Evolução recente da população brasileira e projeções para as próximas décadas 10

2 Futuro da população brasileira: projeções e cenários até 2050 12

3 População adulta e bônus demográfico: as décadas de oportunidade 18

4 Estrutura etária e mercado de trabalho 25

5 Brasil em meados do século XXI: população envelhecida – bônus ou ônus demográfico? 30

Conclusão: questões relevantes sobre a população brasileira e o desenvolvimento econômico nas próximas décadas 32

Referência 35

Apresentação

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mantêm atividades conjuntas desde 1971, abrangendo vários aspectos do estudo do desenvolvimento econômico e social do Brasil, da América Latina e do Caribe. A partir de 2010, os Textos para Discussão Cepal–Ipea passaram a constituir instrumento de divulgação dos trabalhos realizados entre as duas instituições.

Os textos divulgados por meio desta Série são parte do Programa de Trabalho acordado anualmente entre a Cepal e o Ipea. Foram publicados aqui os trabalhos considerados, após análise pelas diretorias de ambas as instituições, de maior relevância e qualidade, e cujos resultados merecem divulgação mais ampla.

O Escritório da Cepal no Brasil e o Ipea acreditam que, ao difundir os resultados de suas atividades conjuntas, estão contribuindo para socializar o conhecimento nas diversas áreas cobertas por seus respectivos mandatos. Os textos publicados foram produzidos por técnicos das instituições, autores convidados e consultores externos, cujas recomendações de política não refletem necessariamente as posições institucionais da Cepal ou do Ipea.

Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho

José Eustáquio Diniz Alves[1]
Daniel de Santana Vasconcelos[2]
Angelita Alves de Carvalho[3]

Introdução: população, desenvolvimento econômico e transição demográfica

A relação entre população e desenvolvimento esteve sempre presente nos clássicos da economia. De maneira sintética, conforme mostrou Alves (2006), podemos dizer que Adam Smith via uma relação positiva entre crescimento populacional e econômico, pois uma população crescente era um estímulo à divisão do trabalho e, assim, ao desenvolvimento do país. Malthus, ao contrário, considerava o crescimento populacional o responsável pela pobreza e pela "Lei de Bronze" dos salários. Ricardo enveredou por um caminho intermediário, comungando de algumas das teses malthusianas sobre salários de subsistência, mas enxergando em uma grande população a comprovação do avanço econômico de qualquer país em particular. Marx, em oposição a Malthus, considerava que as relações capitalistas de produção eram as verdadeiras responsáveis pela pobreza, cada modo de produção tendo as próprias leis de população. Caldwell, ao contrário de Marx, considera que só existem dois regimes de

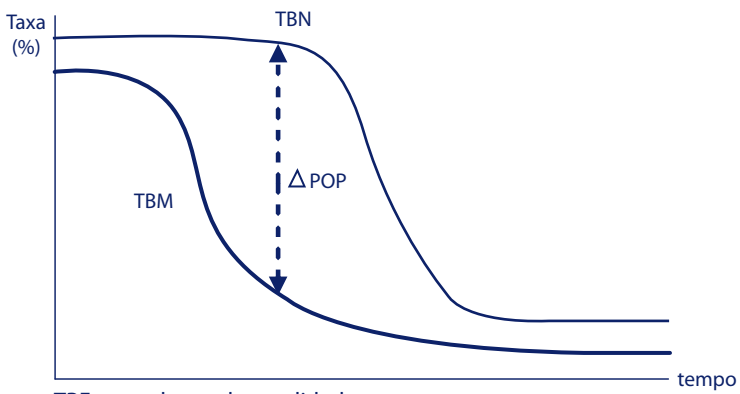
1 Doutor em demografia e professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 Mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais da Ence/IBGE e doutorando em economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 Mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais da Ence/IBGE e doutoranda em demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

fecundidade, independentemente dos modos de produção, argumentando que a população ou cresce muito ou cresce pouco – ou se reduz – em função da direção do fluxo intergeracional de riquezas. Keynes, por sua vez, ao escrever sobre população em um ensaio a respeito do tema, mais especificamente sobre as consequências econômicas de uma população em declínio, envereda pela tese smithiana, colocando-a nos seus termos, defendendo então que população e demanda agregada são extremamente e diretamente interligadas. Uma população declinante torna-se uma preocupação econômica considerável, do ponto de vista da demanda agregada, uma vez que pode reduzi-la, levando a economia à estagnação – eis a síntese da perspectiva keynesiana nesse ensaio.

O fato de que grandes economistas ao longo dos anos debruçarem-se sobre o tema população tem raiz histórica bem definida. A história das populações mundiais, por causa da baixa expectativa de vida ao nascer, sempre foi de baixíssimo crescimento, pelo menos até a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII. A Revolução Industrial não impactou somente a economia inglesa e europeia – no seu bojo, vieram marcantes impactos sobre as populações nas ilhas britânicas e no continente. Os avanços da Revolução Industrial e os seus desdobramentos educacionais, científicos e tecnológicos deixaram cada vez mais claro que o desenvolvimento econômico produz dois efeitos sobre uma população: primeiro, reduz as taxas de mortalidade em geral, a mortalidade infantil em particular, e possibilita o aumento da esperança de vida da população; segundo, decorrido algum tempo após o início da queda da mortalidade, as taxas de fecundidade também começam a cair, provocando a diminuição do tamanho das famílias. Durante esse processo, em um primeiro momento, presencia-se um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento. No limite, pode-se mesmo chegar a uma situação de crescimento negativo, como já se observa atualmente em alguns países europeus e no Japão.



TBF – taxa bruta de natalidade
TBM – taxa bruta de mortalidade
Δ POP = TBN – TBM = taxa de crescimento populacional

Gráfico 1

Esse fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo é chamado pelos demógrafos de *transição demográfica*. O gráfico 1 mostra esquematicamente como evoluem as taxas de mortalidade e fecundidade ao longo do processo, e como a população inicialmente cresce de forma explosiva, depois de forma mais lenta, até tender para a estabilização ou a diminuição. A transição demográfica é um processo contínuo que se repete com regularidade em praticamente todas as populações de todos os países do mundo, em magnitudes e dimensões temporais diferentes. Entre as forças que iniciam a transição está o desenvolvimento econômico.

Um ganho inequívoco da transição demográfica foi que a expectativa de vida média da população mundial dobrou em 100 anos, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para mais de 60 anos, em 2000. Nunca, na história da humanidade, uma melhora das condições de saúde dessa magnitude havia acontecido e, provavelmente, muito dificilmente a esperança de vida vai dobrar novamente no período de um século. No mesmo período, um fenômeno social sem precedentes aconteceu com as taxas de fecundidade das mulheres ao redor do mundo, as quais se reduziram pela metade, passando de algo em torno de 6 filhos por mulher, em 1900, para aproximadamente de 2,8 filhos, em 2000.

Se o desenvolvimento econômico dos últimos séculos afetou a dinâmica populacional o ganho de anos de vida das populações ao redor do mundo junto à redução do tamanho da prole das famílias resultaram em dois efeitos positivos sobre o desenvolvimento: **i)** uma população com maiores expectativas de anos de vida garante, em geral, maiores retornos econômicos para as famílias e para a economia;[4] e **ii)** menores taxas de fecundidade provocam mudanças na estrutura etária ao longo de algumas décadas, favorecendo então a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa e reduzindo a razão de dependência demográfica das populações dos países onde o processo ocorre. Essas duas características das populações que passaram pela transição demográfica possibilitam aquilo que na literatura se pode chamar de um bônus demográfico, uma situação especial, ao longo da transição demográfica que, se devidamente aproveitada, pode favorecer o desenvolvimento econômico. Mais adiante voltaremos ao tema do *bônus demográfico*, analisando-o especificamente para o caso brasileiro. Mas podemos, em síntese, concluir esta introdução com a ideia fundamental que emerge da observação da relação entre economia e população ao longo da história recente da humanidade: o desenvolvimento provoca mudanças na dinâmica populacional e essas mudanças, por sua vez, reforçam o desenvolvimento econômico.

Neste capítulo, pretendemos expor como o Brasil vem atravessando sua transição demográfica, saindo de um regime de alto crescimento populacional no século XX para uma fase de crescimento moderado, podendo mesmo, nas próximas décadas, vir a testemunhar uma redução de sua população. Com a noção de transição demográfica já estabelecida nesta introdução, nas próximas seções introduziremos o leitor nas condições recentes de evolução da população brasileira, e avançaremos em um exercício de prognóstico de quais seriam os possíveis cenários relacionando população brasileira e economia nas próximas décadas até meados do século XXI.

4 Alguns autores relacionam altas taxas de mortalidade com um verdadeiro desperdício de seres humanos, com consequências negativas para a economia.

1

Evolução recente da população brasileira e projeções para as próximas décadas

Um fato relevante que as estatísticas oficiais revelam sobre a evolução da população brasileira é que ela cresceu cinco vezes no século XIX, mas duplicou sua velocidade de crescimento, expandindo-se dez vezes no século XX: aproximadamente 3,4 milhões em 1800, o Brasil salta para uma população de 17 milhões em 1900, mas alcança uma cifra próxima a 170 milhões de habitantes no ano 2000. Esses números exibem um crescimento de algo em torno de 50 vezes em 200 anos. O ritmo de crescimento da população, na verdade, acelerou-se até a década de 1960, por causa da imigração internacional e da queda das taxas de mortalidade, em meio a um contexto em que prevaleciam altas taxas de fecundidade. Nesse quadro, o número de nascimentos de crianças era muito elevado, propiciando uma estrutura etária muito jovem.

A partir da década de 1960, porém, em um espaço de tempo de 40 anos, o Brasil enfrenta a nova realidade de sua transição demográfica: os dados mostram que, em 1965, a fecundidade começa a cair no país, e essa queda leva o país a alcançar em poucas décadas o que os demógrafos chamam de nível de reposição demográfica, em que a fecundidade média das mulheres é em torno de 2,1 filhos. Esse nível é alcançado pelo Brasil em 2005. No nível de reposição, o ritmo de crescimento demográfico reduz-se, mas a população continua a crescer por conta das taxas de fecundidade ligeiramente acima de dois filhos por mulher. Mas a fecundidade no Brasil continua caindo, apontando para taxas abaixo da de reposição. Assim, a longo prazo, a população começa a apresentar forte tendência demográfica para o decrescimento populacional. Como será visto mais adiante, projeções populacionais mais recentes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização das Nações Unidas (ONU), predizem que, a partir de 2040, a população brasileira vai começar a diminuir, por causa do envelhecimento populacional e do contexto de baixa fecundidade.

A questão fundamental que pode conduzir o país a essa situação é a já referida tendência de redução das taxas de fecundidade das mulheres brasileiras. Em 2008, foram divulgados os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), 2006 – (BERQUÓ, GARCIA, LAGO, 2008), mostrando que as taxas de fecundidade no Brasil vêm caindo a uma velocidade maior que a esperada.[5] A taxa de fecundidade total (TFT) para o Brasil atingiu, em 2006, o valor de 1,8 filhos por mulher, em contraste com os

5 As taxas da PNDS encontram-se abaixo até mesmo daquelas apresentadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, no ano de 2006.

2,5 registrados em 1996, na mesma pesquisa. As maiores reduções, no período em questão, ocorreram onde os níveis de fecundidade observados eram tradicionalmente mais altos, como nas áreas rurais (redução de 3,4 para 2,0 filhos por mulher) e na região Norte (de 3,7 para 2,3 filhos por mulher). Há, portanto, um processo de redução dos diferenciais de fecundidade entre as regiões do país e entre as populações da cidade e do campo e uma convergência para valores abaixo do nível de reposição.

Os dados da PNDS/2006 mostram que, à exceção da região Norte, a fecundidade ficou abaixo do nível de reposição em todas demais regiões do país – inclusive no Nordeste, que apresentou taxa de 1,8 filhos por mulher. Da mesma forma, a fecundidade ficou abaixo do nível de reposição também não só no meio urbano, mas também no meio rural (2,0 filhos por mulher), entre as mulheres brancas (1,5 filhos) e as pretas e pardas (2,0 filhos por mulher). Em termos de escolaridade, a fecundidade caiu em todas as faixas educacionais, estando acima do nível de reposição só para as mulheres com até quatro anos de estudo. Nota-se, portanto, que a fecundidade das mulheres brasileiras vem caindo consistentemente para níveis abaixo daqueles adotados das hipóteses mais baixas das projeções populacionais. A realidade contrastante é que a fecundidade vem apresentando um quadro de rejuvenescimento, pois a fecundidade das mulheres de 15 a 24 anos, que representava 47% da fecundidade total em 1996, passou a representar 53%, em 2006. De modo geral, a queda da fecundidade no Brasil é explicada pelas grandes e profundas transformações na estrutura socioeconômica do país (maior urbanização, dinamização da economia, estabilidade monetária, maior acesso ao crédito e programas de renda mínima para populações mais empobrecidas, maior inserção da mulher no mercado de trabalho, cultura mais secularizada etc.) e ainda pelas transformações institucionais e de políticas públicas dos últimos anos (universalização da educação fundamental e maior acesso ao ensino superior, políticas nas áreas de saúde, previdência, mudanças nas relações de gênero etc.). Nessa linha de análise, o aumento da cobertura das políticas de educação, saúde e previdência pode explicar, inclusive, a queda da fecundidade no meio rural e entre as populações de mais baixa renda.

2

Futuro da população brasileira: projeções e cenários até 2050

O comportamento da fecundidade é fundamental no cálculo das projeções populacionais para o Brasil. No âmbito interno, o IBGE é encarregado de fazer as projeções populacionais do país, mas neste trabalho estaremos utilizando dados compilados da Divisão de População das Nações Unidas, a qual, por meio dos dados oficiais do Brasil (divulgados pelo IBGE), faz projeções populacionais até 2050, utilizando três cenários diferentes de comportamento da variável de fecundidade ao longo desse período (variantes média, alta e baixa), enquanto mantém mais ou menos constantes os cenários da esperança de vida e da migração internacional nessas décadas futuras. O cenário de projeção, a partir da *variante média*, parte de uma fecundidade de 2,35 filhos por mulher em 2000 e estabiliza-se em 1,85 filho na metade do século. O cenário de projeção da *variante baixa* parte do mesmo nível de fecundidade em 2000 e estabiliza-se em 1,35 filho na metade do século. As projeções em *variante alta* pressupõem a manutenção das taxas de fecundidade nos mesmos níveis de 2000. O gráfico 2 exibe o comportamento da população brasileira até 2050, a partir dessas três variantes.

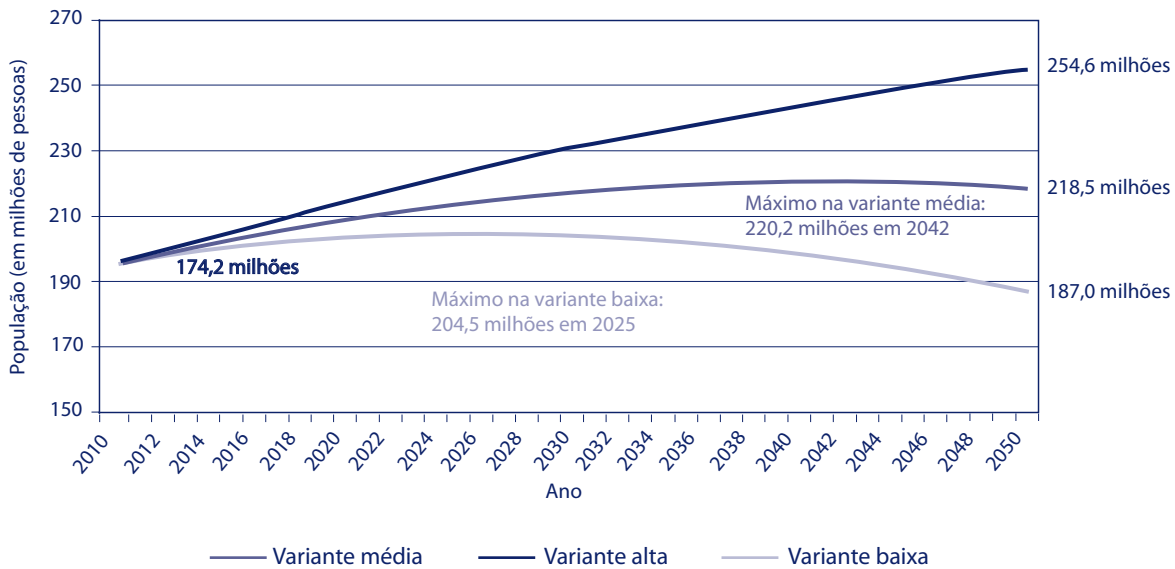


Gráfico 2: Projeções de crescimento – população brasileira (ambos os sexos) – (2010-2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

O cenário mais alto de fecundidade parece estar longe da realidade, pois pressupõe que a fecundidade do ano 2000 ficaria constante ao longo da primeira metade do século. Os dois outros cenários parecem ser mais realistas, levando-se em conta a evolução recente dos dados de fecundidade. Com essas taxas de fecundidade, como se vê no gráfico 2, a população brasileira apresentaria comportamentos bastante distintos na primeira metade do século XXI.

Mantidas as taxas de fecundidade de 2000, pela *variante média*, a população cresceria até um máximo de 220,2 milhões de pessoas por volta de 2042, quando começaria então a decrescer, recuando para um número em torno de 218,5 milhões em 2050. No cenário da *variante baixa*, a população cresceria bem menos, chegando a 204,5 milhões de pessoas em 2025, e começando sua trajetória decrescente para chegar a 2050 com 187,0 milhões de pessoas. A *variante alta*, bastante improvável de acontecer, dadas as atuais trajetórias decrescentes da taxa de fecundidade, mostra uma população que permaneceria crescendo até atingir 254,6 milhões de pessoas em 2050. Pelo comportamento atual da fecundidade e supondo que não haja mudanças significativas na esperança de vida e na migração internacional, é bem mais provável que a população cresça em uma situação intermediária entre as variantes média e baixa nas próximas décadas, chegando a 2050 com uma população entre 190 a 220 milhões de habitantes.

Uma pergunta fundamental que emerge dessas previsões não tanto sobre a quantidade em si que a população alcançará, mas sobre como será essa população nas próximas décadas. Como se caracterizará a população brasileira nos anos vindouros até meados do século, dada as atuais possibilidades de evolução no tempo? Como se espera que esteja a população brasileira em 2050 se ela se mantivesse crescendo, se crescesse a taxas mais moderadas ou, mesmo, se passasse a decrescer, como pode acontecer em algumas décadas? Uma das formas de tentar visualizar como será essa população é verificar o comportamento de sua estrutura etária ao longo desse período. A estrutura etária de um país constitui-se em um recorte, dado em um instante do tempo, em que se averigua o efetivo de pessoas, em ambos os sexos, de acordo com grupos etários de interesse. Os demógrafos, ao detalhar as estruturas etárias das populações, lançam mão de um gráfico chamado *pirâmide etária*, no qual são representadas *coortes* – grupos etários – divididos em intervalos de cinco anos de vida.

A estrutura etária de um país muda dinamicamente ao longo do tempo, acompanhando as mudanças qualitativas resultantes da transição demográfica. No caso do Brasil, que está entrando na fase mais avançada de sua transição, deve-se testemunhar importantes mudanças na estrutura etária da sua população nas próximas décadas. Os gráficos seguintes mostram as pirâmides etárias da população brasileira, construídas novamente a partir das três variantes (média, alta e baixa) das projeções populacionais da ONU, tomadas aqui em três instantes do tempo: em 2010, em 2030 e em 2050, isto é, com intervalos de 20 anos até a metade do século. A distribuição apresentada nas pirâmides é em percentual da população total, para cada coorte.

A pirâmide de 2010 é a mesma para as três variantes e mostra que a população brasileira está com seus maiores grupos etários concentrados nas idades entre 5 e 29 anos. Uma população, portanto, ainda jovem, mas já exibindo os primeiros sinais de tendência a crescer em direção às idades adultas mais rapidamente.

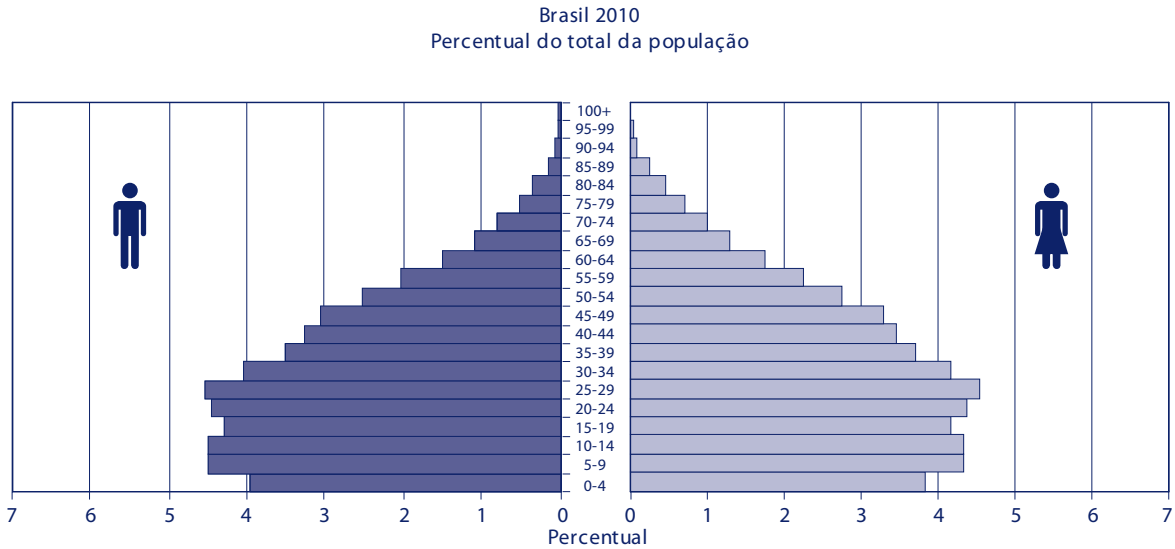


Figura 1: Pirâmide 2010

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

As pirâmides para 2030 mostram como os diferentes níveis de crescimento populacional podem levar a diferentes configurações populacionais nas próximas duas décadas. Como as pirâmides mostram o percentual de cada coorte na população total, percebe-se que, na variante alta, menos provável de ocorrer, como já foi colocado, continuamos tendo uma base larga da pirâmide, indicando a prevalecência, no tempo, do crescimento populacional, resultado em manutenção do perfil etário de 2010 (na base), enquanto as coortes adultas vão se tornando mais idosas – a parte média e alta da pirâmide "engordam", com o envelhecimento populacional. Na variante baixa, todavia, a situação é de encolhimento da base, dado que o número de nascimentos diminui significativamente nesses 20 anos, enquanto a parte mediana torna-se mais larga, indicando que a população adulta é mais numerosa em percentual da população total. A variante média, que tende a ser mais próxima da evolução esperada, dadas as condições atuais, exibe o estreitamento da base e a maior participação da população adulta na conformação geral da população, de forma mais suavizada. De maneira sintética, o que se depreende da visualização dessas três pirâmides é que, mais provavelmente, por volta de 2030, o Brasil apresentará uma população eminentemente adulta, em que as coortes com maior participação na população total serão justamente aquelas com idades entre 25 e os 50 anos.

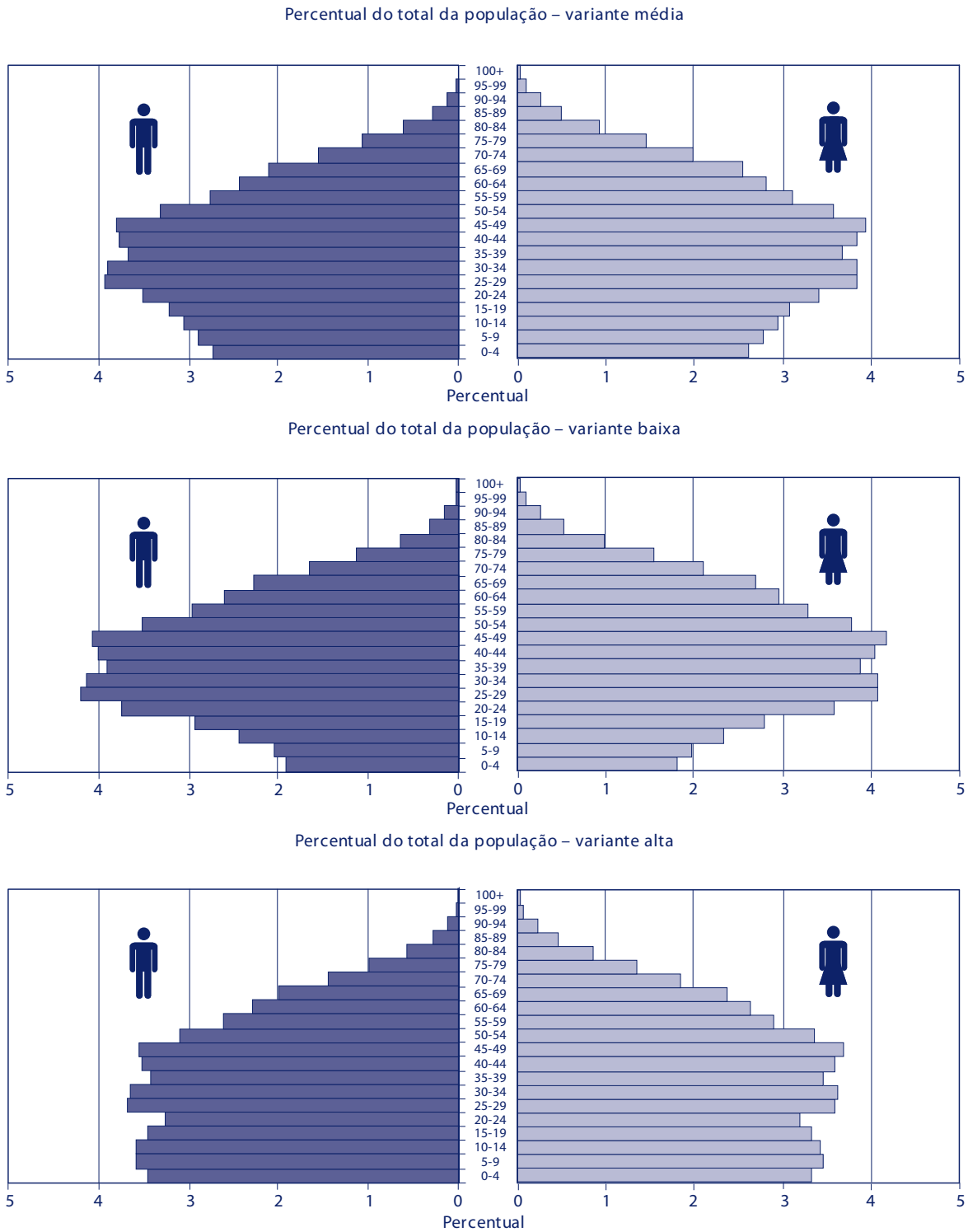
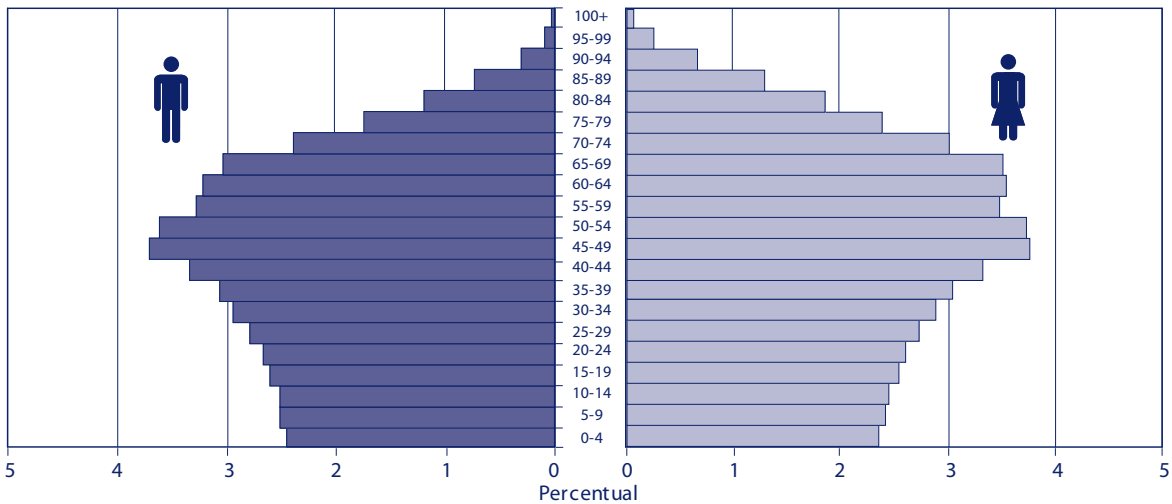


Figura 2: Brasil 2030

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Finalmente, analisemos as possíveis configurações da população brasileira no meio do século. Em 2050, o cenário é ainda mais diferente daquele visto para 2030. As coortes adultas das pirâmides de 2030 avançam rapidamente para as idades mais altas, e a população envelhece cada vez mais rapidamente. Na situação hipotética de a população continuar crescendo constantemente, como é o caso da variante alta, a base ainda estaria larga por causa da contínua reposição das coortes jovens por meio dos novos nascimentos. Mas as situações que parecem mais plausíveis, *a priori*, são aquelas exibidas pelas variantes baixa e média.

Percentual do total da população – variante média



Percentual do total da população – variante baixa

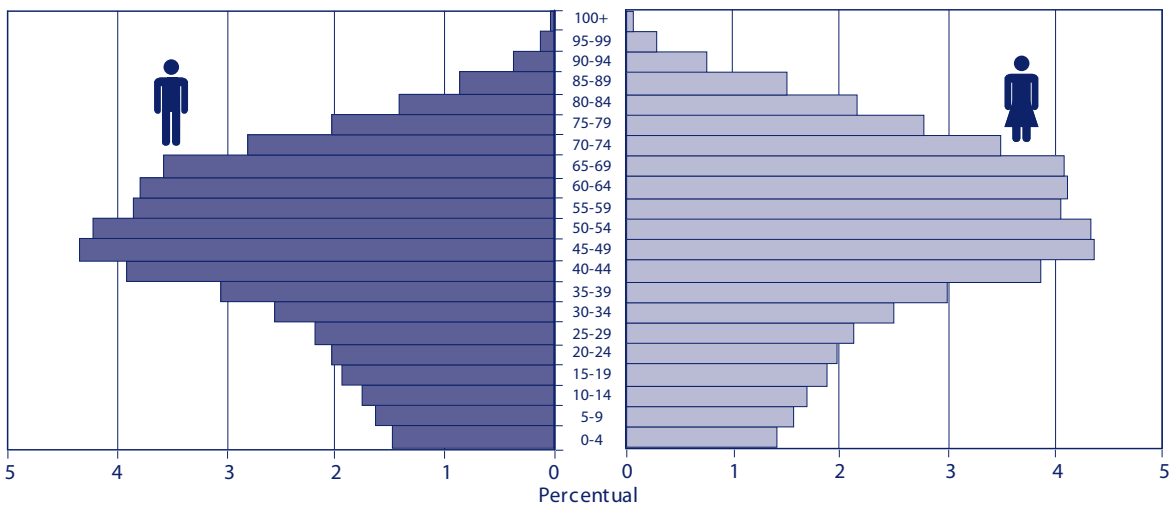


Figura 3: Brasil 2050

Continua...

Continuação

Percentual do total da população – variante alta

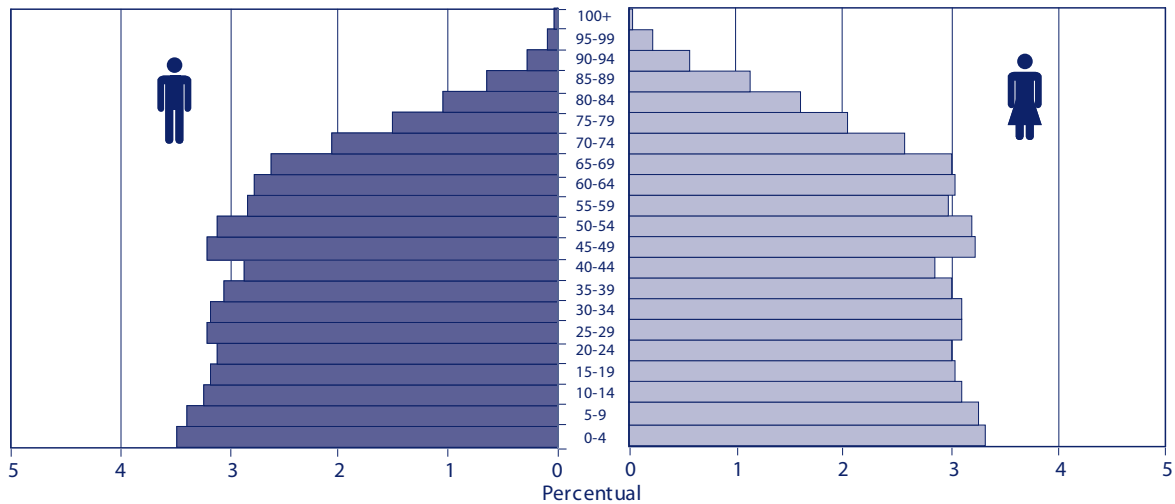


Figura 3: Brasil 2050

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Nota-se que, na variante baixa, a pirâmide inverte-se totalmente, ganhando o contorno de uma ogiva bojuda, indicando que as coortes jovens são cada vez menores em participação na população total, as coortes adultas estão em idades mais maduras e as coortes idosas representam percentual cada vez maior no conjunto da população. Note-se, por exemplo, que as coortes entre 65 e 75 anos são quase tão grandes quanto às coortes maduras, nas idades entre 55 e 64 anos. Tal cenário reflete o rápido envelhecimento esperado nessa variante, com a redução significativa da população total, como visto no gráfico 2.

A variante média mostra, ainda que de forma mais comportada, a mesma forma de ogiva na pirâmide etária de 2050, mas a base da pirâmide é menos estreita do que na variante baixa por causa da manutenção de uma taxa de fecundidade relativamente mais alta do que naquele cenário. As coortes idosas também são expressivamente maiores no conjunto da população, o que também reflete o tipo de crescimento previsto nessa projeção. Mas há mais suavidade na distribuição entre as coortes, dado que a população só começa a decrescer, nessa projeção, no final do período. Em síntese, os cenários para 2050 são de uma população adulta numerosa e entrando em envelhecimento de forma rápida e contínua. É a fase em que o peso dos idosos sobre a população far-se-á sentir mais acentuadamente, dado que sua participação será expressiva no conjunto da população brasileira em meados do século.

3

População adulta e bônus demográfico: as décadas de oportunidade

Com a mudança de estrutura etária da população brasileira, o país presenciará, durante algumas décadas, substancial redução das razões de dependência das coortes mais jovens e mais idosas em relação à população em idade ativa. Essa medida, a razão de dependência, é, como o próprio nome diz, uma razão, um quociente que leva no numerador o extrato da população em idade dependente – por convenção internacional, os mais jovens, com idades entre 0 e 14 anos, e os mais idosos, com 65 anos e mais – para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa – as coortes etárias com idades entre 15 e 64 anos. O nível de dependência é diretamente proporcional ao tamanho dessa razão: quanto maior o numerador, maior a dependência. Economicamente falando, isso significa que o peso da parcela da população em idades dependentes é maior sobre aqueles em idade economicamente ativa. Quando essa razão se reduz, o peso econômico da dependência diminui, e a população em idade ativa, ao produzir, gera recursos adicionais que podem ser revertidos em poupança, em investimentos e desenvolvimento econômico do país. Em síntese, essa é a ideia por trás da hipótese do *bônus demográfico*, que tem sido defendida recentemente por uma corrente de demógrafos e economistas com base em observações empíricas de sua ocorr ência em vários países do mundo.[6]

A hipótese do bônus demográfico defende que, à medida que as populações evolvem no tempo para um perfil mais adulto de estrutura etária, com a consequente redução de suas razões de dependência, elas podem poupar mais recursos, uma vez que o produto do maior contingente adulto pode tornar-se, ao menos temporalmente – em torno de algumas décadas – superior às necessidades do país em pauta. Há um aumento da poupança que se reverte em investimento, há um reforço ao crescimento econômico nas décadas de incidência do bônus; consequentemente, pode haver um desenvolvimento maior do país nesse período em que a carga populacional torna-se mais "leve" para a população em idade produtiva. Na literatura sobre o bônus, fica claro que essa relação não é direta, mas depende de políticas macroeconômicas de manutenção do pleno emprego, de investimento em formação de capital humano e de acumulação de poupança, o que, a longo prazo, configuram-se como condições fundamentais para que o bônus possa ser aproveitado.

6 Dois dos nomes mais conhecidos na proposição da hipótese do bônus demográfico (na literatura em inglês, *demographic dividend*) são Andrew Mason e Ronald Lee (MASON, 2005; LEE; MASON, 2006). No Brasil, Carvalho e Wong (1998), Wong (2005), Paiva e Wajnman (2005), Rios-Neto (2005) e Alves (2006) estão entre os primeiros estudos a tratar sobre o tema, especificamente em relação ao caso brasileiro. Vasconcelos (2008) analisa o impacto do bônus demográfico em termos de crescimento econômico a longo prazo.

A literatura propõe que o bônus é uma oportunidade, cujo aproveitamento é condicionado à capacidade do país de prevê-lo e conduzir políticas que permitam o aproveitamento dessa oportunidade. Finalmente, há ainda um fato que não se pode deixar de destacar: o bônus encerra-se quando a população avança para idades mais altas, isto é, quando envelhece.[7]

Observemos, agora, como se comporta a variável razão de dependência, para o Brasil, nas próximas décadas. Novamente, vamos considerar as projeções populacionais da Divisão de População da ONU em suas variantes média, alta e baixa, conforme já comentamos na seção anterior. O gráfico 3 mostra a mudança nas razões de dependência da população brasileira iniciando-se em 2000, data do último Censo Demográfico da população brasileira, e estendendo-se até 2050, baseado nas projeções populacionais da ONU, variante média.

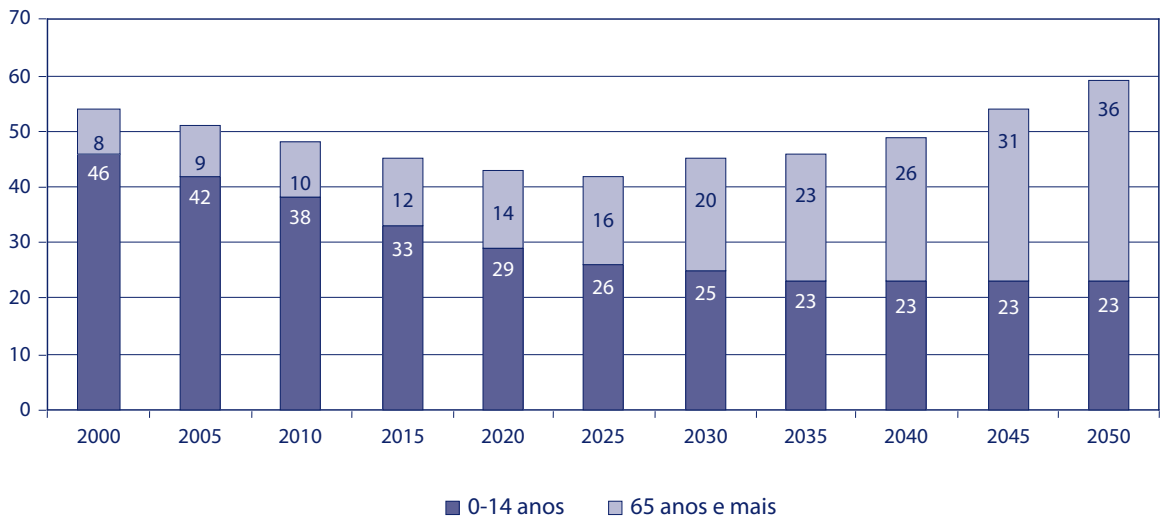


Gráfico 3: Razão de dependência (total e por grupos etários) – variante média – Brasil (2000 a 2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Cada coluna do gráfico mostra a razão de dependência total dividida em dois componentes: a dependência dos mais jovens (0-14 anos, em cor azul escuro) e a dos mais idosos (65 anos e mais, em azul claro). Deve ser notado em primeiro lugar que a razão de dependência dos mais jovens, pelas projeções em variante média, cairá consistentemente até 2050, de um patamar de 48 para 23 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa. O oposto acontece com a razão de dependência dos mais idosos: projeta-se um crescimento de um nível de oito pessoas dependentes para 38, em 2050. Isso significa que, em meados do século, com uma população em franco envelhecimento, o perfil de dependência mudará profundamente de crianças e jovens

7 Lee e Mason (2006) propõem a possibilidade de existência de um segundo bônus demográfico, que ocorre em população envelhecidas com grande acúmulo de poupança nos anos do primeiro bônus, ou seja, aquele que ocorreu quando da redução das razões de dependência. Mas as condições de existência do segundo bônus são ainda mais restritas, e dependem, totalmente, do bom aproveitamento das oportunidades do primeiro bônus. Isso significa que, em aproveitando o primeiro bônus pode se abrir uma janela de oportunidade de um segundo bônus; desperdiçando-se o primeiro bônus demográfico, nada mais se pode fazer, o segundo bônus jamais pode acontecer.

para pessoas idosas. Tal mudança tem enormes implicações sobre o tipo de políticas públicas que deverão estar existindo por essa época. Só para ficar em dois exemplos: políticas educacionais terão perdido peso relativo, mas questões previdenciárias e de saúde de populações idosas serão muito mais importantes de serem conduzidas à medida que a população envelhece.

Agora, prestando atenção ao que acontece no meio desse período entre 2000 e 2050, nota-se que a razão de dependência total cairá nas próximas duas décadas – na verdade, contando a atual, serão três décadas de redução –, voltando a crescer a partir de 2030. O que significa essa redução à luz do que foi colocado anteriormente? Ora, esse é exatamente o que se pode chamar de período do bônus demográfico brasileiro. O gráfico da variante média mostra que, na presente década e até o fim dos anos de 2020, o Brasil terá razões de dependência cada vez menores, uma população em idade ativa cada vez maior e em condições de usufruir de maior desenvolvimento econômico, advindo da oportunidade do bônus demográfico. Essa perspectiva favorável persiste em outros cenários de crescimento populacional? Vejamos o que acontece no caso da variante alta, no gráfico 4. Note-se que, nesta variante, a população permanece crescendo nas próximas décadas, como vimos nas pirâmides etárias, com grande proporção de coortes mais jovens na população total.

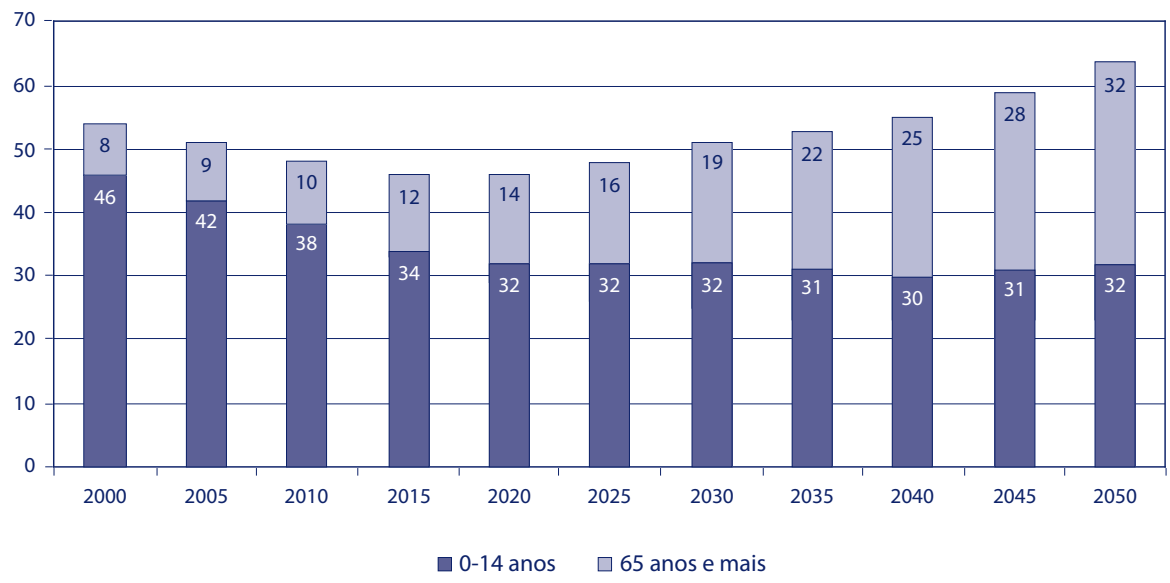


Gráfico 4: Razão de dependência (total e por grupos etários) – variante alta – Brasil (2000 a 2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

O crescimento populacional da variante alta afeta bastante as mudanças de razão de dependência previstas, quando comparadas à variante média, mas ainda persiste a tendência de redução da dependência

total até por volta de 2020, com crescimento a partir daí. A razão de dependência dos mais jovens cai até se estabilizar em torno de 32 por 100 pessoas em idade ativa, em 2020, e o impacto do envelhecimento é menor. Comparado com a variante média, no entanto, o nível de dependência cresce mais rapidamente na segunda metade do período: na variante média, a razão de dependência em 2050 é de 59, enquanto na variante alta é de 64. Mas ainda existe um bônus demográfico nas primeiras décadas do período, porém em intensidade menor.

Finalmente, passemos a visualizar as variações em razão de dependência com o prognóstico da variante baixa, no gráfico 5. As mudanças previstas nessas projeções são mais acentuadas: a redução da dependência das coortes mais jovens é muito mais pronunciada, caindo a um terço do nível de 2000 em 50 anos, ao passo que a dependência dos mais idosos se multiplica por cinco. O bônus possível pela variante baixa é mais elástico que os das duas projeções anteriores, a razão de dependência total no auge do período é mais baixa dentre as três, assim como a dependência total projetada para 2050 é também menor.

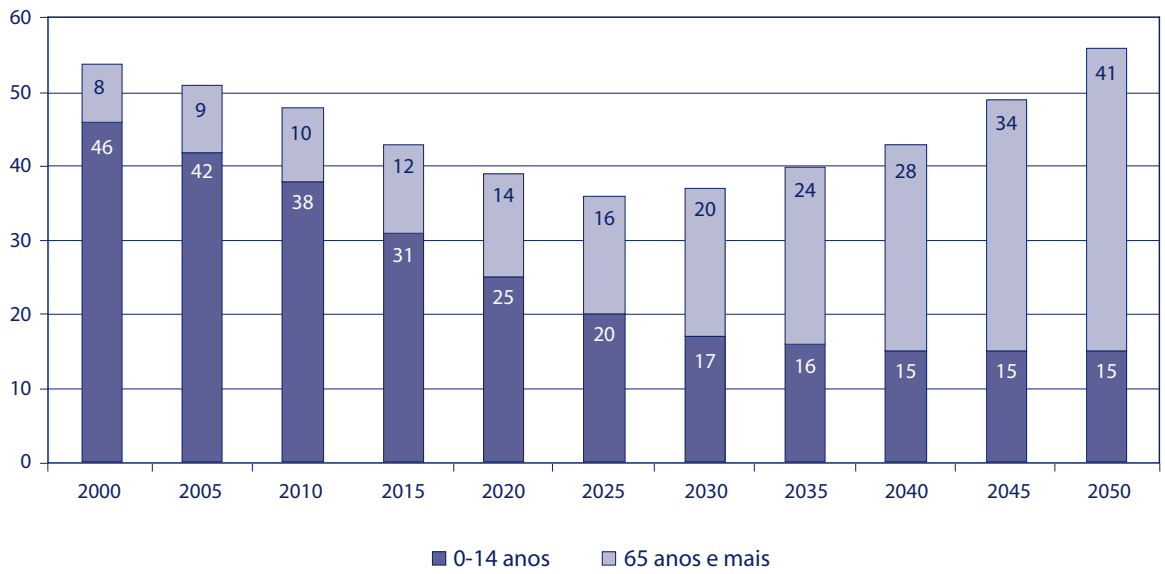


Gráfico 5: Razão de dependência (total e por grupos etários) – variante baixa – Brasil (2000 a 2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Analisando os três cenários simultaneamente, o que se pode dizer com base nas projeções populacionais é que a ocorrência de um bônus demográfico é uma situação iminente, mas sua intensidade e elasticidade no tempo dependem de como a população vai mudar de estrutura etária no período. Quanto mais próximas essas mudanças estiverem das variantes média e baixa, mais duradouro e mais profundo será o bônus brasileiro – e, como já foi comentado, o viés atual aponta para uma situação intermediária entre as duas variantes.

O gráfico 6 mostra a evolução das razões de dependência totais, simultaneamente nos três cenários, permitindo ver que a tendência à redução desta variável está presente nas três projeções, com destaque para o fato de a variante baixa ser aquela na qual a previsão do bônus é a mais otimista. Como tendência geral, vê-se que a razão de dependência total vai se reduzir até meados de 2020, voltando a crescer em seguida, mas atingindo patamares mais altos na perspectiva de a população manter-se crescendo em níveis elevados, como na variante alta. Na variante média (em verde, com valores em negrito), essa tendência é mais branda.

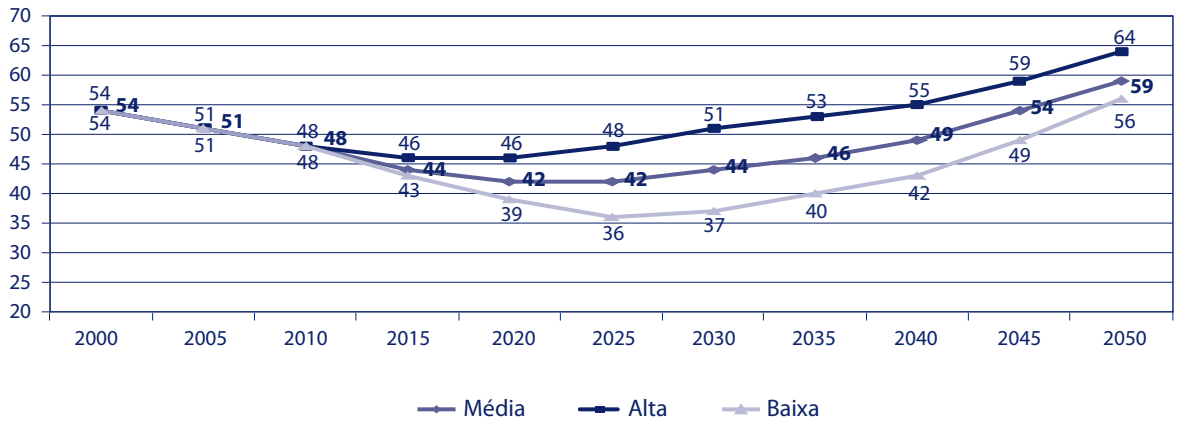


Gráfico 6: Razão de dependência – comparação entre as três variantes

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009

Se, por outro lado, procurarmos visualizar o que acontece com o outro lado da razão de dependência, ou seja, como a população em idade ativa evolve no mesmo período de análise, chegaríamos à mesma conclusão, por uma ótica diferente. Isto é mostrado no gráfico 7.

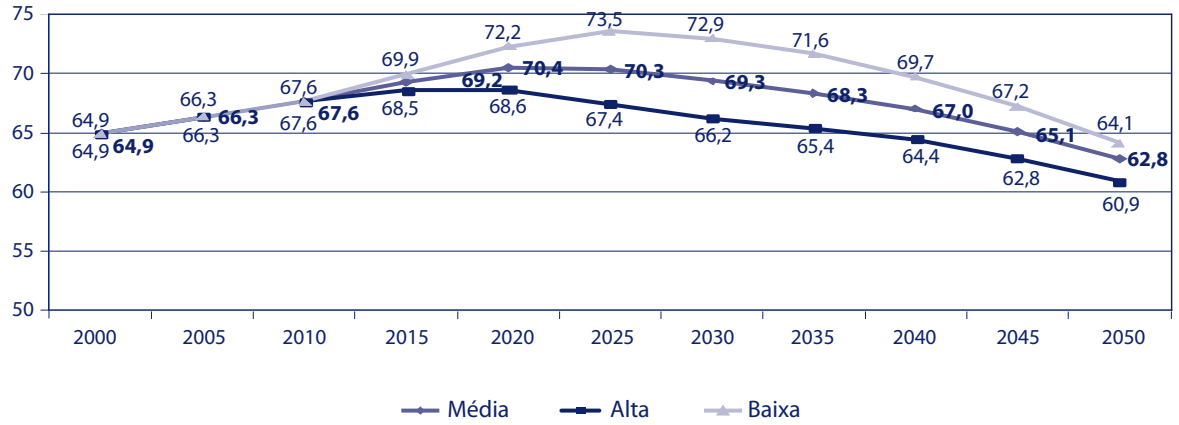


Gráfico 7: População em idade ativa (15-64 anos), em % da população total (variantes média, alta e baixa) – Brasil (2000 a 2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Vemos novamente como a variante baixa faz a previsão mais otimista para o bônus brasileiro: no ápice, a variante prevê 73,5% da população em idade ativa em 2025, isto é, praticamente três em cada quatro brasileiros estariam em idade produtiva. Na variante média, esse número seria ligeiramente menor, em torno de 70,3%, mas ainda é um valor bastante expressivo. Esses números mostram que a tendência da população nas próximas duas décadas caminha inexoravelmente em direção a uma janela de oportunidades demográficas que podem se configurar em um bônus, se devidamente aproveitadas. Outro dado que corrobora essa previsão é a análise das idades medianas da população ao longo dessas décadas. Medianas mais altas indicam maior concentração de pessoas em idades adultas. O gráfico 8 mostra a evolução das idades medianas para o período em escopo.

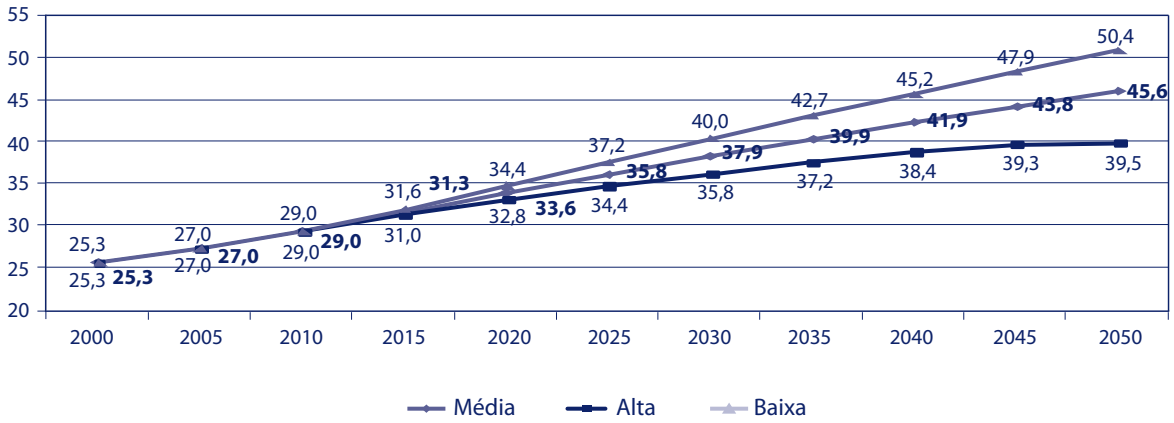


Gráfico 8: Idade mediana da população (variantes média, alta e baixa) – Brasil (2000 a 2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Note que, em meados de 2030, as medianas das idades estarão girando em torno dos 35 anos. Isso significa que metade da população está acima e a outra metade abaixo dessa idade. Esse é o auge do bônus, como já foi comentado. A partir daí, as medianas avançam aceleradamente – nas variantes média e baixa para idades cada vez mais elevadas, exibindo a nova configuração populacional brasileira, isto é, de uma população em processo de envelhecimento. Mas as idades medianas de 35 anos em torno de 2030 são mais um reforço à previsão da oportunidade do bônus demográfico. Mantidas as atuais condições de inserção no mercado de trabalho, por exemplo, teríamos um contingente significativo de pessoas em idades produtivas e ainda longe de retirarem-se do mercado de trabalho via aposentadoria. Um parcela significativa desses trabalhadores só se retirarão do mercado após a década de 2050. O bônus, portanto, pode perdurar por quase toda a metade do século XXI, no Brasil. Uma oportunidade única a ser aproveitada.

Cabe, portanto, compreender que a oportunidade virá, pois o padrão de evolução atual da população brasileira caminha em uma trilha intermediária entre as projeções média e baixa e em ambas, como vimos, há um bônus demográfico significativo a ser testemunhado nos anos vindouros. Haverá, pelo menos nas próximas

duas décadas, uma proporção cada vez maior de pessoas em idades adultas, economicamente produtivas – ao menos em potencial –, que podem, pelo seu trabalho, reforçar a tendência de crescimento econômico nos próximos anos, dinamizar a economia, aumentar a poupança e contribuir para o desenvolvimento do país. Mas há políticas importantes envolvidas no aproveitamento dessa oportunidade. A literatura trata dessas políticas mais detalhadamente, mas em síntese elas passam por manutenção de altas taxas de emprego nos anos do bônus demográfico, com uma população bem formada – alto investimento em capital humano – para garantir níveis mais altos de produtividade por trabalhador, incentivos à poupança e preparação do país para os anos que se seguem ao bônus: com o envelhecimento da população, as bases do crescimento via bônus tornam-se coisa do passado. A nova realidade que se impõe é de uma população idosa muito maior, e a riqueza acumulada nos anos do bônus podem assegurar a transição não traumática para os anos pós-bônus. Este será o assunto da próxima seção.

4

Estrutura etária e mercado de trabalho

Passemos agora a uma análise de como a estrutura etária da população brasileira afetará o mercado de trabalho no período temporal em escopo. A estrutura etária tem grande influência sobre o mercado de trabalho, sendo que é preciso compreender a relação entre a população em idade ativa (PIA), a população economicamente ativa (PEA) e a população total para se entender as potencialidades da dinâmica demográfica para aumento ou diminuição da proporção entre "produtores" e consumidores na economia.[8] Nesta seção, vamos fazer um exercício de simulações de cenários com a dinâmica do mercado de trabalho e a estrutura populacional, tomando em conta um período ainda mais longo, iniciando na década de 1970 e estendendo-se até 2050.

Inicialmente, vamos considerar a PEA e as taxas de atividade (TA) segundo os dados das Pnads de 2005 e 2006. Tomaremos a PEA e a TA média para estes dois anos, a fim de evitar variações anuais sazonais e outras influências aleatórias nas taxas de atividades específicas. Nessa análise, utilizamos as idades de 15 anos e 59 anos como idades de início e de fim da PEA, pois este intervalo etário abarca as maiores taxas de atividade. Não utilizamos os grupos etários mais jovens e mais idosos por dois motivos, a saber:

1. Embora existam, de fato, crianças e adolescentes de 10 a 14 anos trabalhando, a legislação brasileira e a internacional consideram que todas as pessoas desta idade devem estar na escola e não no mercado de trabalho; além disso, o Brasil se empenhada no combate ao trabalho infantil, reduzindo lenta, mas continuamente o efetivo de pessoas nessas idades trabalhando.
2. O Estatuto do Idoso no Brasil estabelece a idade de 60 anos como referência para definição de pessoas idosas; além disso, a partir desta idade já ocorre a grande incidência de pessoas aposentadas no Brasil.

Sabemos que a PEA masculina tem apresentado ligeira tendência de diminuição ao longo das últimas décadas, ocorrendo uma tendência inversa com relação às taxas de atividade femininas.[9] Porém, para efeito das simulações de cenários das mudanças na estrutura etária, é útil manter constante as taxas

8 Essa distinção entre produtores líquidos e consumidores vem da literatura já citada sobre o bônus demográfico. Uma vez que a hipótese do bônus demográfico aceita a abordagem da teoria do ciclo de vida, durante as fases mais jovens e mais avançadas em idade, ao longo do ciclo de vida dos indivíduos, estes são consumidores líquidos, pois consomem mais do que produzem. O inverso ocorre nas idades economicamente ativas, quando a capacidade produtiva é plena e o indivíduo produz mais do que consome, sendo, então, produtor líquido.

9 Análises mais detalhadas sobre esse aspecto, e por coortes etárias, podem ser encontradas em Rios-Neto e Wajnman (2000).

específicas de atividade tal como mostradas no gráfico 9, pois isto permite avaliar um "efeito puro" das alterações da estrutura de idades da população. Mais uma vez, os dados utilizados para a projeção da população brasileira são da Divisão de População da ONU. A projeção média que adotamos no trabalho coincide bastante com a projeção oficial do IBGE, revisão de 2008, mas tem a vantagem de ter um nível maior de desagregação dos grupos etários.

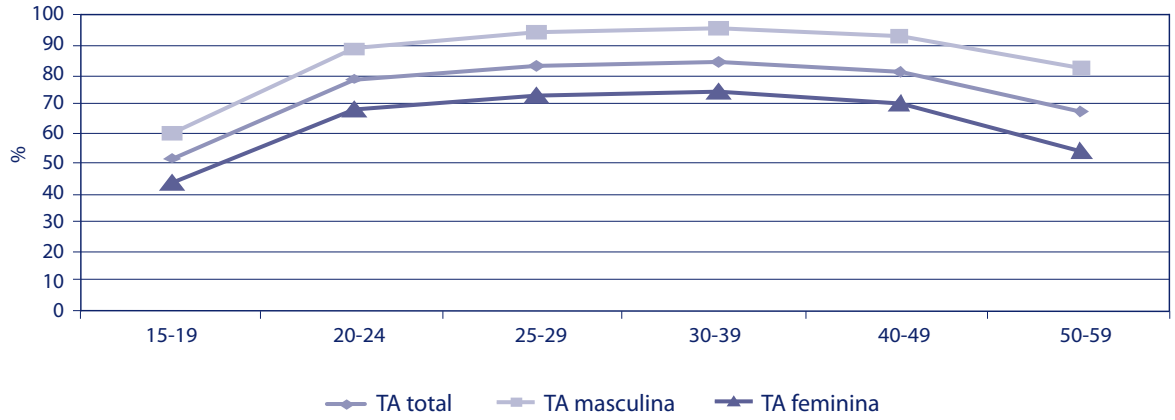


Gráfico 9: Taxa de atividade total, masculina e feminina, Brasil, média de 2005 e 2006

Fonte: Pnads (2005 e 2006), Sidra IBGE e World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

O gráfico 10 mostra que, aplicando as taxas de atividade específicas – dadas pela média dos anos de 2005 e 2006 – à estrutura etária brasileira de 1970 a 2050, nota-se um pequeno aumento – uma "quase estabilidade" – durante todo o período para ambos os sexos. Isto quer dizer que, dado determinado padrão constante de taxas específicas de atividade, o efeito sobre a taxa de atividade (de 15-59 anos) não se altera significativamente ao longo das próximas décadas.

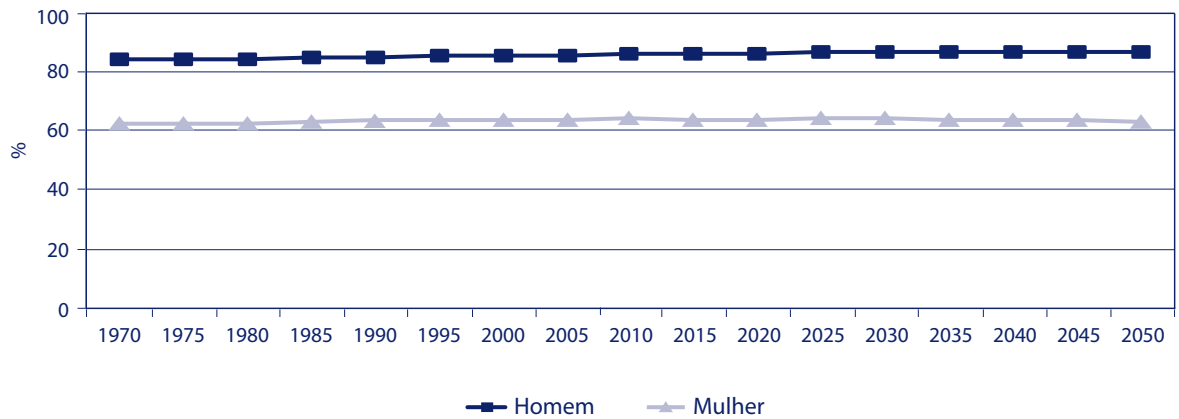


Gráfico 10: Taxas de atividade (TA), por sexo, Brasil (1970 a 2050)

Fonte: Pnads (2005 e 2006), Sidra IBGE e World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Se existe, porém, certa estabilidade nas taxas de atividade totais no período, o gráfico 11 mostra que existe grande transformação interna na distribuição etária da PEA. Entre 1970 e 1985, a população economicamente ativa jovem (de 15 a 24 anos) era aproximadamente 3,5 vezes maior do que a população economicamente ativa "madura" (de 50-59 anos). Nos anos de 2000 e 2020, essa relação deve cair para 2,7 e 1,4 vezes, respectivamente. Entre 2030 e 2035, a PEA dos grupos etários 15-24 e 50-59 ficam do mesmo tamanho, mas, em 2050, a PEA "madura" será 30% maior do que a PEA jovem. Evidentemente, essa mudança na composição interna da estrutura etária da PEA brasileira tem diversas implicações econômicas e sociais. No entanto, uma PEA mais "envelhecida" significa uma força de trabalho com maiores níveis educacionais, com maior experiência e, *ceteris paribus*, com maior produtividade. Isto significa que a PEA pode contribuir com o desenvolvimento brasileiro e com o aumento da renda *per capita*, pois a renda tende a aumentar com a idade.

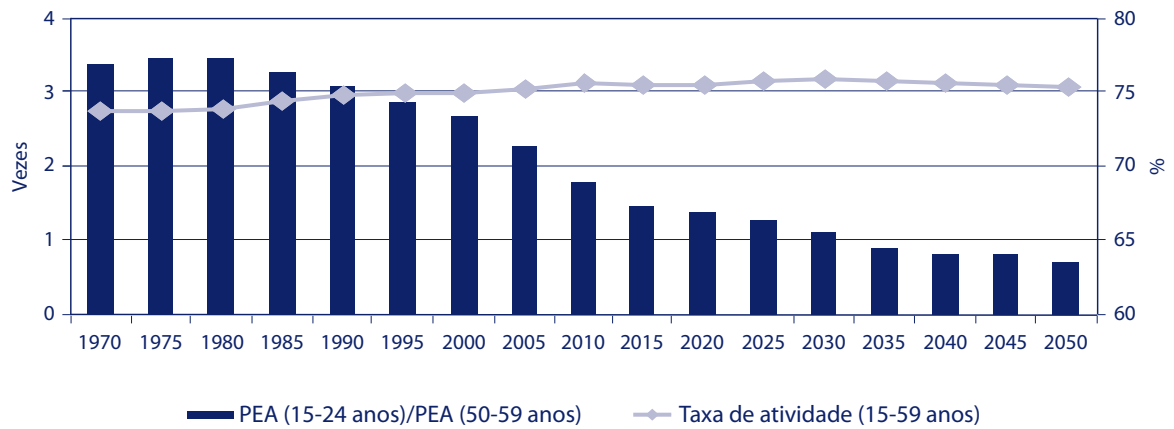


Gráfico 11: Taxas de atividades (TA) para ambos os sexos e relação entre a PEA de (15-24 anos) sobre a PEA de (50-59 anos), Brasil (1970 a 2050)

Fonte: Pnads (2005 e 2006), Sidra IBGE, e World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Outro efeito positivo do crescimento da PEA pode ser observado no gráfico 12 que mostra o percentual da PEA sobre a população total. Nota-se que a PEA total representava um percentual abaixo de 40% da população no início da década de 1970. Esse percentual vem crescendo à medida que a população avança para a predominância de idades adultas e deverá chegar a cerca de 50% entre 2015 e 2025, iniciando depois uma trajetória de queda. Porém, mesmo com essa queda, em 2050 esse percentual ainda se encontrará em 42%, ou algo em torno de 4 pontos percentuais (p.p.) acima dos 38% de 1970. Um maior percentual da PEA sobre a população total representa um ganho para o país, pois significa que a relação entre ativos e inativos favorece os primeiros, com ganhos para toda a sociedade – isto é outra forma de manifestação do bônus demográfico.[10] Até o ano de 2025, a relação entre a PEA e a população total deverá ser favorável ao crescimento econômico, possibilitando, entre outras coisas, um reforço para a tentativa de superação da pobreza e das

10 Em linguajar específico da hipótese do bônus, há maior abundância de produtores líquidos na economia que consumidores líquidos.

desigualdades extremas nos indicadores socioeconômicos do país, pois essa relação entre "produtores" e consumidores possui efeitos macro e microeconômicos.[11]

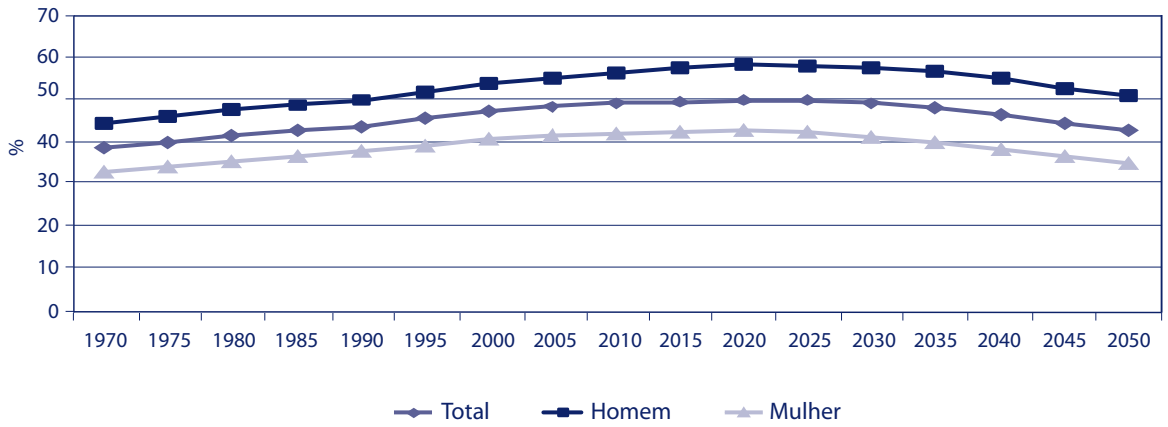


Gráfico 12: PEA sobre a população total, por sexo, Brasil (1970 a 2050)

Fonte: Pnads (2005 e 2006), Sidra IBGE e World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

O primeiro bônus demográfico, como mostra a literatura, é um fenômeno temporal que tem data para acabar, pois se beneficia, em um primeiro momento, das vantagens da estrutura etária, mas depois perde seus efeitos positivos à medida que avança o processo de envelhecimento. No gráfico 13, que mostra a razão entre a PEA total e a população em idades iguais ou superiores a 60 anos, visualizamos que a PEA brasileira total era algo superior a seis vezes maior do que a população de 60 anos e mais entre 1970 e 1995. Esta relação vai caindo progressivamente, mas deve ficar acima de duas vezes até 2035. A partir desse período, essa razão cai expressivamente, passando a ser menor do que dois, devendo alcançar a cifra de 1,4 vez, em 2050. Ou seja, em 2050, haverá um idoso para cada 1,4 pessoa de 15-59 anos que se encontra na PEA. Confirmando-se uma razão assim tão apertada, este fato vai evidentemente pressionar bastante os sistemas previdenciários. É em face dessa previsão que as discussões a respeito de financiamento, sustentabilidade financeira e idades para retirada do mercado de trabalho devem ser consideradas. Nas condições atuais, uma relação apertada como esta poderia significar um estrangulamento muito forte sobre os sistemas de previdência públicos e privados. A capacidade de governo e operadores de previdência privada de fazer frente aos desafios do envelhecimento também passa pelo aproveitamento das oportunidades geradas pelo bônus demográfico que precedem o avanço do processo de envelhecimento.

11 Efeitos macroeconômicos que se podem enumerar *a priori* estão no nível de poupança agregada, de oferta de mão de obra e de possíveis ganhos na produtividade total dos fatores. Efeitos microeconômicos estão ligados à dinamização do consumo das famílias e incentivos ao investimento no nível das empresas, entre outros.

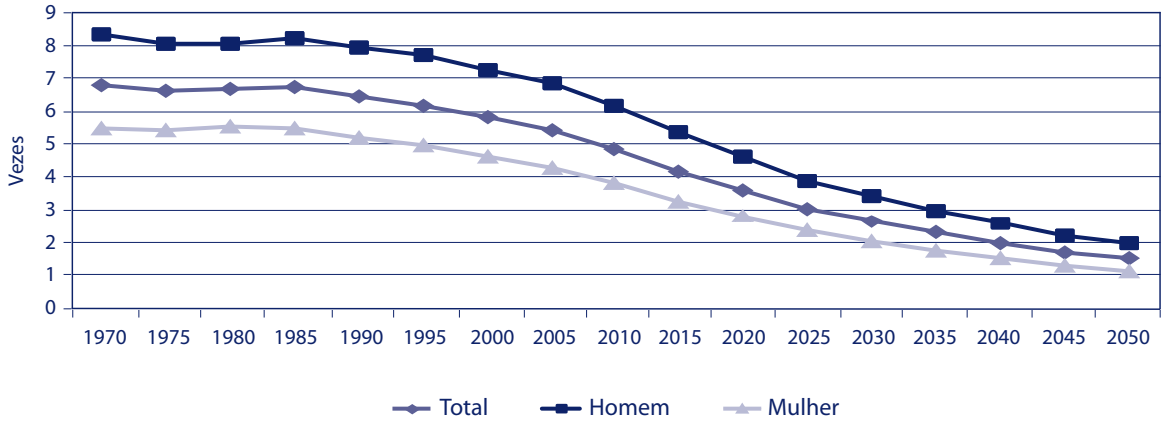


Gráfico 13: Relação entre a PEA e a população de 60 anos e mais, total e por sexo, Brasil (1970 a 2050)

Fonte: Pnads (2005 e 2006), Sidra IBGE e World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

No caso dos homens que possuem maior taxa de atividade e menor esperança de vida, a relação entre o tamanho da PEA e o tamanho da população idosa deverá cair de 8 vezes na década de 1970 para cerca de duas vezes em 2050. Contudo, a relação fica mais desfavorável para o caso das mulheres que possuem menores taxas de atividade e maior esperança de vida, pois a relação entre a PEA e a população feminina idosa – que estava acima de 5 vezes entre 1970 e 1990 – cai rapidamente nos anos seguintes até alcançar a paridade (um por um), em 2050. Além disso, as mulheres aposentam-se, nas condições atuais, cinco anos antes dos homens. Portanto, a relação entre a PEA feminina e a população idosa feminina tem condições atuariais mais desfavoráveis do que as masculinas.

5

Brasil em meados do século XXI: população envelhecida – bônus ou ônus demográfico?

Se o leitor voltar algumas páginas e olhar mais uma vez para as pirâmides etárias da população brasileira em 2050, lembrará, como já foi comentado naquela seção, que em 2050 o peso relativo dos mais idosos na população brasileira – tomando-se aqui como mais idosos aqueles com 65 anos de idade ou mais – será expressivo, levando o país a uma situação absolutamente inédita até esse momento de sua história. Nessa época, pelas projeções mais prováveis, como já visto, jovens e adultos terão menor proporção na população total, enquanto os mais idosos estarão pesando muito mais tanto em números relativos quanto em números absolutos. A população brasileira estará envelhecendo a uma taxa relativamente acelerada.

O gráfico 14 mostra, a partir das três variantes de projeção populacional das Nações Unidas, como a participação relativa dos maiores de 65 anos crescerá de forma marcante nas próximas décadas. Pela variante média, em 2050, aproximadamente 22,5% da população brasileira terá mais de 65 anos de idade. Na variante baixa, esse número chega a 26,3%. Ou seja, aproximadamente um em cada quatro brasileiros terá mais de 65 anos de idade, em 2050. O que isso representa para a economia brasileira? Poderá o envelhecimento populacional por fim ao bônus demográfico e reverter o cenário positivo de conjugação de variáveis econômicas e demográficas? Essa resposta é muito complexa e não se pode fazer ilações sobre um período ainda bastante distante de nós temporalmente baseados em cenários que não levaram em consideração todas as alternativas possíveis de políticas públicas.

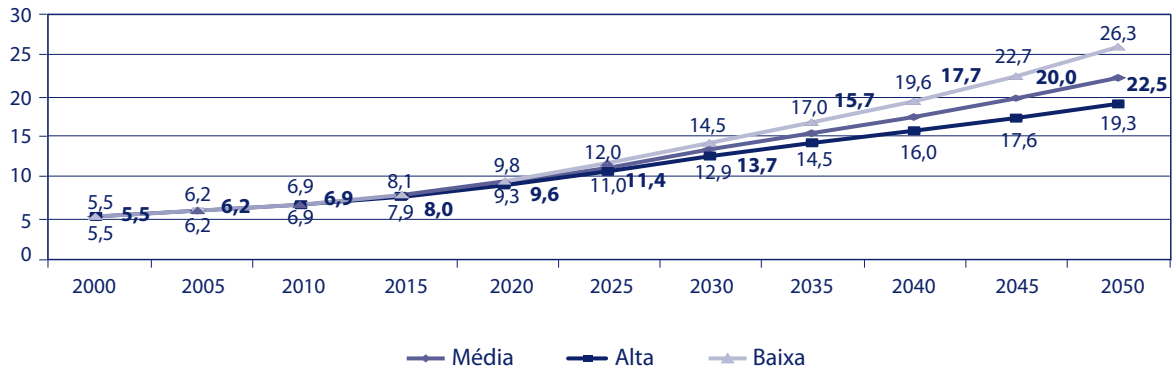


Gráfico 14: População de 65 anos e mais (em% da população total, variantes média, alta e baixa) – Brasil (2000-2050)

Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Fato é que a população estará envelhecendo rapidamente em qualquer desses três cenários. Mais que isso, será uma população que também estará vivendo por mais tempo. Nas projeções da ONU, a expectativa de vida ao nascer deverá subir dos atuais 71 anos para 79,9 anos de vida – nas três variantes essas expectativas são iguais –, sendo que a expectativa de vida dos homens estará em torno de 76,5 anos, enquanto a das mulheres será de 83,4 anos.

Uma população envelhecida representa uma série de novos desafios a serem encarados nos próximos anos. Os dois mais patentes que se apresentam a uma primeira vista são aqueles ligados à saúde pública e a questão previdenciária. Em termos de saúde, a população demandará toda uma gama de serviços que atualmente ou não existem ou são insuficientes. A demanda por medicina especializada em idosos, as implicações do custo de tratamento de doenças típicas de idades avançadas, o tipo de atendimento adequado a essa parcela da população são todos fatores novos cuja demanda crescerá nas próximas décadas a uma taxa que as autoridades governamentais terão de não somente prever mais corretamente, como também serem capazes de responder em um *timing* totalmente diferente do atual. Do ponto de vista da saúde pública, a população mais idosa representará uma variável nova, com peso relativamente grande e crescente sobre os orçamentos públicos. As múltiplas dimensões de problemas relacionados à saúde pública voltada para uma população idosa deverão ser objeto de análise nos próximos anos, a fim de que o país prepare-se de forma adequada para a nova realidade que vai começar a se impor nas próximas décadas.

A outra preocupação que emerge da projeção de envelhecimento populacional diz respeito à sustentabilidade dos sistemas de previdência pública e privada, dadas as condições vigentes e os prognósticos futuros. Como já foi visto na análise da interação entre estrutura etária e mercado de trabalho, com o envelhecimento populacional, as pressões da população idosa sobre a PEA terão peso considerável. A questão previdenciária brasileira vem há tempos despertando preocupações dos especialistas, levando a debates acalorados, tendo como base as questões relativas à sustentabilidade do sistema atual a longo prazo. Essa discussão possui dois lados, os quais são diametralmente opostos em termos de abordagem do problema, de previsão e de soluções oferecidas.[12] O que nos compete neste espaço, sem tomar partido por um tema que foge ao escopo desse capítulo, é tão somente trazer à tona o fato de que os prognósticos atuais sobre a população brasileira nas próximas quatro décadas apontam para uma realidade totalmente nova e desconhecida, portanto, com a qual os governos deverão aprender a lidar. Em meados do século XXI, o Brasil será um país envelhecido. Um contingente significativo da população estará retirado das atividades produtivas – um em cada quatro brasileiros – e pesando sobre as contas públicas, tanto no lado da saúde pública, quanto no lado previdenciário. A capacidade do país de fazer frente a esses novos desafios passa, certamente, pela antecipação dos possíveis problemas que o envelhecimento poderá trazer, preparação para fazer frente a eles e – voltamos ao tema – aproveitamento adequado das oportunidades geradas nos anos de bônus demográfico, a fim de construir estruturas socioeconômicas que viabilizem fazer frente ao envelhecimento da população.

12 Para ficar em somente dois, entre os muitos debatedores em posições conflitantes sobre o tema, recomendamos, a título de sugestão, somente, a leitura de Lavinas (2008) e Lavinas et al. (2008), representando um dos lados do debate, e de Giambiagi (2007), no espectro oposto.

Conclusão: questões relevantes sobre a população brasileira e o desenvolvimento econômico nas próximas décadas

As seções precedentes apresentaram as perspectivas sobre os possíveis caminhos que a população brasileira deverá trilhar nas próximas décadas, até por volta de 2050. Pelas tendências atuais, observa-se uma tendência do crescimento populacional desacelerando e da população tornando-se, a médio prazo, cada vez mais adulta, e então, a longo prazo envelhecendo e – possivelmente – passando a decrescer numericamente. Vários pontos positivos e algumas preocupações que emergem dessas perspectivas já foram apresentados ao longo do texto, mas, concluindo, alinhavamos aqui esses pontos, os quais se nos apresentam como questões relevantes nas quais o aspecto populacional deve ser encarado para que se tome a população como uma das variáveis importantes a serem consideradas na complexa equação do desenvolvimento econômico brasileiro nas próximas décadas.

Em síntese, dois tipos de questões emergem do que foi apresentado. Passemos a enumerá-las.

Questões de médio prazo

Definimos médio prazo, aqui, como o período de até duas décadas, que, na análise dos aspectos populacionais apresentados anteriormente, incluem como principal cenário a possibilidade de ocorrência de um bônus demográfico no Brasil, até por volta de 2025-2030. Para que o país possa conciliar seu desenvolvimento econômico com as estruturas de sua população nesses anos, destacam-se as questões:

1. *Educacionais* – o país deve enfrentar o problema não somente do ponto de vista de universalização do acesso à educação infantil e pré-escolar e aos níveis fundamental e médio de ensino, além, é claro, da maior capilaridade do ensino superior e técnico, mas deve enfrentar a questão da qualidade do ensino. É praticamente consensual a perspectiva de que a produtividade mais alta está positivamente relacionada a maiores anos de estudo. O desafio adicional no Brasil é garantir um ensino de maior qualidade, pois universalizar o acesso é só um lado da moeda, o outro é preparar melhor aqueles que, egressos das escolas e das universidades, vão entrar em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e talhado pelas novas tecnologias. Vale lembrar que a geração que nasceu na primeira década do novo século estará entrando no mercado em meados do período aqui analisado, isto é, em 2025-2030, no limite, portanto, do período de possível ocorrência do bônus demográfico.

Essa geração será a primeira a enfrentar a mudança de sentido da curva da razão de dependência e sobre ela recairá, nas décadas seguintes, o crescente peso da população idosa sobre a população em idade ativa. Preparar esse contingente de pessoas de forma adequada para o mercado de trabalho é um desafio, e o tempo para responder a ele é relativamente curto.

2. *Macroeconômicas* – a literatura sugere que não há bônus demográfico quando não se atinge o pleno emprego dos fatores de produção. O que se quer dizer é que o bônus não ocorre se houver desperdício de recursos humanos: de pouco adiantará ter mais pessoas em idade ativa se essas pessoas não puderem efetivamente trabalhar e produzir. A macroeconomia do país deve ser favorável à empregabilidade. O bônus demográfico configura-se como um potencial, uma energia acumulada, como água em uma represa de uma hidrelétrica. Produzir energia a partir desse potencial é um trabalho de engenharia, para a hidrelétrica, da mesma foram que produzir crescimento e desenvolvimento econômico, a partir do potencial energético humano – advindo das melhores condições demográficas dos anos de bônus – é uma tarefa que vai exigir muito dos agentes públicos que conduzem as políticas macroeconômicas do país. É preciso atrair investimentos, gerar postos de trabalho, abrir a economia, dinamizá-la e inscrevê-la nos polos mais dinâmicos de crescimento econômico, a partir dos avanços tecnológicos recentes e em curso. Também é preciso utilizar os anos de bônus para acumular poupança e ativos econômicos que possam garantir a transição para o pós-bônus. Não se sabe se um segundo bônus demográfico pode ocorrer com certeza, embora ele esteja previsto na literatura. Sua ocorrência, no entanto, está fundamentada na capacidade de gerar poupança e riqueza nos anos do primeiro bônus. Gerar e gerir adequadamente poupança no bônus demográfico pode ser a solução aos desafios do envelhecimento populacional a longo prazo. A meta 1B dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio estabelece a busca pelo pleno emprego e o trabalho decente. Assim, quanto maior for a geração de emprego e o grau de sua formalização, maiores serão as chances de aproveitar-se os benefícios da estrutura etária do país.
3. *Políticas públicas* – as mudanças populacionais em curso demandam dos agentes públicos capacidade de previsão e reação às novas necessidades que a população deverá demandar. Embora o desafio educacional seja imenso, a médio prazo, a demanda por escolas e universidades deverá começar a reduzir-se a longo prazo, ao mesmo tempo em que outras estruturas sociais deverão ver sua demanda crescendo. A médio prazo, a maior participação feminina no mercado de trabalho deverá demandar mais creches, embora essa demanda deverá cair a longo prazo, dado que a participação de crianças na população como um todo vai diminuir. Clínicas para idosos, no entanto, deverão ter demanda crescente, assim como outros equipamentos públicos voltados à população acima de 65 anos. Essa abordagem permitirá a melhor alocação de recursos, evitando-se desperdícios com despesas mal pensadas por não levarem em conta as mudanças populacionais previstas.

Questões de longo prazo

O longo prazo, no escopo da presente análise, compreende as décadas de 2030 ao início dos anos de 2050. É o período da reversão da curva de razão de dependência e de aceleração do envelhecimento populacional. Como é bem mais difícil discutir o longo prazo, cabe tão somente dizer, antecipadamente, ainda que pareça óbvio, que as ações de médio prazo serão absolutamente determinantes do que o país poderá colher a longo prazo. Se o médio prazo representar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do país ao longo da transição demográfica de uma população ainda relativamente jovem para uma população envelhecida, esse longo prazo não deverá ser traumático. A população estará envelhecendo e vivendo em condições muito melhores que as atuais, em condições econômicas, intelectuais e de saúde muito superiores aos padrões vigentes no começo do século. Isso configuraria um sucesso da transição demográfica aqui analisada.

O lado complicado da equação é que as ações que podem envidar um longo prazo de desenvolvimento com envelhecimento dependem de ações que começam a ser tomadas agora. Infelizmente, porém, o calendário da demografia não se conjuga necessariamente com o calendário político. Da mesma forma, as ações de política econômica quase sempre estão focadas em prazos mais curtos, dada a imprevisibilidade que paira sobre o longo prazo e, no caso brasileiro, em particular, à cultura curto prazista de condução de política econômica. É muito complexo pedir às autoridades governamentais, aos agentes políticos e aos formuladores de política econômica que pensem no país em 2050. Mais difícil ainda é solicitar desses mesmos agentes que pensem a população brasileira em 2030 ou em 2050 na sua conjugação com as variáveis econômicas. Para facilitar o diálogo, portanto, com aqueles que terão poder de agir agora para garantir as próximas décadas de desenvolvimento brasileiro é que esse artigo voltou-se para as questões populacionais. Sabe-se que estaremos, em 2030, mais adultos e, em 2050, mais velhos. Sabe-se que haverá menos crianças e mais idosos. Sabe-se que se estará vivendo mais por essas épocas. As perguntas que emergem, na esfera da economia, são, portanto, duas: conseguiremos superar a pobreza e a exclusão social? Estaremos vivendo melhor?

Referência

ALVES, José E. D. População, bem-estar e tecnologia: debate histórico e perspectivas. **Revista Multiciência**, Campinas, Unicamp, 2006. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br/art02_6.htm>.

ALVES, José E. D.; BRUNO, Miguel A. P. **População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil**: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu, Abep, 2006. Disponível em: <www.abep.org.br>.

BERQUÓ, E.; GARCIA, S.; LAGO, T. (Coord.). **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher**: PNDS, 2006. São Paulo: Cebrap, 2008. (Relatório final). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2009.

CARVALHO, José A. M.; WONG, L. R. Demographic and socioeconomic implications of rapid fertility decline in Brazil: a window of opportunity. In: MARTINE, G.; DAS GUPTA, M; CHEN, L. (Ed.). **Reproductive Change in India and Brazil**. [S.l.]: Oxford University Press, 1998. p. 208-240.

GIAMBIAGI, F. **Reforma da previdência**: o encontro marcado. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**, 2005 e 2006.

_____. Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050, revisão 2008. **Estudos e Pesquisas 24**, DPE, IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>.

LAVINAS, L. Inclusão e progressividade: os desafios da seguridade social brasileira. In: TONELLI VAZ, F.; MUSSE J.; SANTOS, R. F. (Org.). **20 anos de Constituição Cidadã**: avaliação e desafios da seguridade social. 1. ed. Brasília: Anfip, 2008. V. 1, p. 89-96.

LAVINAS, L.; CAVALCANTI, A. O legado da Constituição de 1988: é possível incluir sem universalizar? In: FAGNANI, E. HENRIQUE, W. LUCIO, C. G. (Org.). **Previdência social**: como incluir os excluídos. São Paulo: LTr Editora Ltda., 2008. V. 4, p. 468-491.

LEE, R.; MASON, A. Reform and support systems for the elderly in developing countries: capturing the second demographic dividend. **Genus**, Vol. LXII, n. 2, p. 11-35.

MASON, A. **Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries**. Ciudad del Mexico: United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structure, 2005. p. 1.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005.

RIOS NETO, E. L. G.; WAJNMAN, S. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora Trinta e Quatro, 2000.

VASCONCELOS, D. de S. **Crescimento econômico, dinâmica demográfica e convergência**: uma análise em painel. Dissertação (Mestrado), Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence). Rio de Janeiro, 2008.

WONG, L. R. **Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil**. In: ANAIS DO XXV IUSSP International Population Conference, Tours, France, July 2005.